



TV Universitária: A Televisão da Universidade¹

Denise Cortez da Silva Accioly²
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Resumo

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a importância da TV Universitária, responsável por divulgar o conhecimento produzido dentro da Universidade, aproximando esta da Sociedade. Defendemos que a TV Universitária é um espaço de inclusão ao ensino superior que contribui para a democratização de informações para quem está postulando ingressar na academia e também para aqueles que já fazem parte dessa cultura acadêmica. Ela colabora para a disseminação do conhecimento científico e oferece informações relevantes sobre a Instituição. Destacamos que hoje se exige da Universidade um papel mais amplo e sintonizado com as demandas da Sociedade, através de uma atuação que leve em conta as desigualdades e que ajude na promoção da inclusão social. Depreende-se daí a importância de estudos sobre a TV Universitária.

Palavras-chave: Televisão; Universidade; TV Universitária; Conhecimento.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a importância da TV Universitária, responsável por divulgar o conhecimento produzido dentro da Universidade, aproximando esta da Sociedade. Uma das problemáticas observadas em relação as TVs Universitárias é que elas ainda não foram assumidas pela comunidade acadêmica, não se transformaram em objeto de interesse ou desejo de todos os cursos, do conjunto de docentes, estudantes, servidores e gestores. Mesmo assim, cumpre boa parte de sua missão, mostrando à sociedade muito do que a Universidade faz e pensa. Diante disso, destacamos a relevância de estudos sobre a TV Universitária.

A Televisão desde seu surgimento foi alvo de grande desconfiança no mundo acadêmico, entretanto, hoje, além de ser objeto de estudo de vários grupos de

¹ Trabalho apresentado ao GP Comunicação e Educação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutoranda em Educação pela mesma Universidade. E-mail: deniseaccioly@uol.com.br.

pesquisas, tornou-se uma ferramenta importante na divulgação do conhecimento produzido dentro da academia. Observamos duas correntes opostas para análise da Televisão, uma conhecida como hipótese negativa e outra como hipótese positiva. A hipótese negativa é defendida por teóricos clássicos como Adorno e Horkheimer (1985), assim como autores mais contemporâneos como Bourdieu (1997) e Sartori (2001). A hipótese positiva é defendida por pesquisadores como Martín-Barbero (2001, 2002, 2003), Orozco-Gómez (1996; 2001), Fuenzalida (2002), entre outros.

A TV Universitária surgiu em 1967, em Recife, sendo a primeira TV Educativa do país, categoria de Televisão criada pelo Decreto-Lei 236, de 1967, que se contrapunha à Televisão comercial, já em grande expansão pelo país. Após a criação da TV Universitária de Pernambuco outras instituições de ensino superior receberam outorgas de canais educativos abertos, como a TV Universitária do RN, fundada em 1972, vinculada à UFRN, em operação até hoje. Tais canais contam com o suporte de duas grandes emissoras educativas do país, com maior capacidade de produção e constituem-se em cabeças de rede: a TV Cultura de São Paulo, mantida pela Fundação Padre Anchieta, entidade ligada ao governo daquele estado e a TVE do Rio de Janeiro, da Fundação Roquette Pinto (antiga Funtevê) e vinculada ao governo federal. Essa emissora foi substituída pela TV Brasil, criada pela Empresa Brasil de Comunicação para gerir as emissoras públicas. De acordo com Priolli (2008) existem no Brasil “cerca de 120 instituições de ensino superior que produzem Televisão regularmente no país. Elas controlam um mínimo de 52 canais geradores de conteúdo, que estão na TV aberta, na TV a cabo, na TV paga por microondas (MMDS) e na Internet”.

A TV Universitária é hoje associada aos canais a cabo, devido a importância que ganhou após a Lei Federal 8.977, de 1995, que obrigou as operadoras a disponibilizarem, sem custo, um canal universitário, reservado para o uso compartilhado entre as Universidades localizadas no município ou municípios da área de prestação de serviços. Para Magalhães (2008) a Televisão Universitária, embora tenha começado bem, não teve grandes avanços, pois mesmo tendo preferência para as obtenções de outorgas, as Universidades foram preteridas quando da distribuição de canais. As TVs educativas serviram, por muito tempo, como moeda de barganha política e de instrumento estatal de divulgação oficial,

desvirtuando o objetivo de criar uma opção de Televisão preocupada com o conhecimento.

Conforme Magalhães (2003), a Associação Brasileira de Televisões Universitárias considera, em seu estatuto, que uma Televisão Universitária é aquela voltada estritamente à promoção da educação, cultura e cidadania. Essa definição aproxima muito a TV Universitária da TV Educativa, no entanto, ela é também um ambiente tecnológico de aprendizagem utilizado pelo curso de comunicação social para ensinar a fazer Televisão (COUTINHO, 2006). As pesquisas sobre Televisão Universitária são recentes e alguns estudos realizados sobre ela avançaram na direção de conceituar e apresentar a Televisão Universitária como meio de divulgação de conhecimento científico (COUTINHO, 2006; CALLIGARO, 2007; AIRES, 1999; PORCELLO, 2002; PRIOLLI, 2003, 2008, 2009; MAGALHÃES 2002, 2008; RAMALHO, 2008; CARVALHO 2006). Para uma definição mais detalhada sobre as TVs Universitárias no Brasil utilizamos especificamente as contribuições de Priolli (2003, 2006, 2008), Porcello (2002), Magalhães (2002) e Andrade (2008).

Universidade de Amanhã

A questão do futuro da Universidade tem sido objeto de estudo por todos que estão comprometidos com o saber científico, sua relação com a sociedade, e as mudanças que vêm ocorrendo no mundo atual. A Universidade é um bem público e depende do Estado que é seu financiador. As mudanças que ocorrem no Estado certamente refletem-se na Universidade. De acordo com Santos (2005, p. 114) “a especificidade da Universidade enquanto bem público consiste em ser ela a instituição que liga o presente ao médio e longo prazo pelos conhecimentos e pela formação que produz e pelo espaço público privilegiado de discussão aberta e crítica que constitui”.

Para Santos (2003) como instituição social a Universidade exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Assim, vemos no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem as contradições da sociedade. Essa relação entre Universidade e Sociedade explica o fato de que, desde seu nascimento, a Universidade Pública sempre foi uma instituição social, ligada a uma prática social

fundada no reconhecimento público de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, estruturadas por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela. A autonomia da Universidade é garantida pelo Art. 207 da Constituição de 1988 que assegura às Universidades autonomia didática, científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

De acordo com Romano (2006) o século XXI exige da Universidade um papel mais amplo e sintonizado com as demandas da sociedade, principalmente aquelas dos países em desenvolvimento, uma atuação que leve em conta as desigualdades e que ajude na promoção da inclusão social. É preciso combater a exclusão de camadas inteiras da população dos países em desenvolvimento dos cursos de nível superior. A seleção para a entrada na Universidade não deve se basear apenas no mérito. Este deve ser um critério, mas não o único. Os alunos que ingressam graças a políticas de democratização, precisam ter um tratamento diferenciado, com acompanhamento acadêmico e bolsas que ajudem os estudantes mais pobres a se manterem no estudo.

Se no passado a Universidade tinha a função de formar uma elite mais educada, hoje, ela recebe novas demandas, como a formação de profissionais qualificados, a oferta de serviços básicos de qualidade à população e a promoção econômica e cultural do país. Nesse sentido a TV Universitária exerce um papel fundamental, seja na difusão de informações úteis tanto aos alunos quanto aos professores, seja criando oportunidades educativas para ambos. A competição global atual tornou a Universidade uma peça chave para o desenvolvimento de um mundo altamente competitivo e cada vez mais carente de mão de obra qualificada. São necessárias transformações concretas dentro da Universidade, que incluam a criação de novos cursos mais sintonizados com as demandas sociais, a não-elitização do ensino e a prática de estágios sociais pelos estudantes, o que ajudaria na formação cidadã dos alunos. De acordo com Chauí (2001; 2003) a autonomia universitária é um passo importante para que o conhecimento produzido nas instituições de ensino superior esteja mais sintonizado com a realidade de cada local e com as atuais demandas sociais. Atualmente, sabe-se que a autonomia é um dos principais desafios para a Universidade.

Gênese da TV Universitária: TV Educativa

De acordo com Fradkin (2008) a lei que rege a radiodifusão é o Código Brasileiro de Telecomunicações, lei nº. 4.117, promulgada em 27/08/1962. Alguns autores se referem a essa lei como sendo um reflexo do pensamento do período da ditadura militar. Embora ela seja anterior ao golpe de Estado de 1964, há uma razão para essa referência: a lei levou alguns anos para ser regulamentada, o que acabou ocorrendo por meio do Decreto-Lei nº. 236, de 27/02/1967, baixado pelo regime militar para complementar e modificar o Código. Esse Decreto-Lei foi o primeiro diploma legal que fez a separação entre Radiodifusão e Radiodifusão Educativa e, ao fazê-lo, impôs restrições absolutamente inadequadas, dispostas, principalmente, no caput do Art. 13 e em seu Parágrafo Único:

Art. 13 - A televisão educativa se destinará à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates.

§ único: A televisão educativa não tem caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos.

Segundo Fradkin (2008) em virtude dessa regulamentação, a radiodifusão foi dividida em dois segmentos distintos: a radiodifusão considerada comercial e a radiodifusão educativa. Como essa lei está em vigor até hoje, pode-se concluir que, sob o aspecto estritamente legal, só existem dois tipos de emissoras de televisão: a comercial e a educativa. Qualquer outra denominação que esteja sendo utilizada não possui respaldo legal.

De acordo com Carneiro (1999), em 1975, eram sete as emissoras educativas: Fundação Televisão Educativa do Amazonas (Amazonas), Fundação Maranhense de Televisão Educativa (Maranhão), Televisão Universitária do Rio Grande do Norte (Rio Grande do Norte), Televisão Educativa do Ceará (Ceará), Televisão Universitária de Pernambuco (Pernambuco), Fundação *Padre Anchieta* (TV Cultura de São Paulo) e Centro de Televisão Educativa do Rio Grande do Sul (Rio Grande do Sul).

TV Universitária: Conceito

As TVs Universitárias são “uma modalidade nova de TV pública, ou quase-pública, (...) já que o empreendimento é privado, mas o conteúdo editorial aproxima-se das televisões não-comerciais” (PORCELLO, 2002, p. 8-9). Para os pesquisadores da Associação Brasileira de TVs Universitárias (ABTU), uma Televisão Universitária é “aquela produzida por Instituições de Ensino Superior (IES) e transmitida por canais de televisão (abertos ou pagos) e/ou por meios convergentes (satélites, circuitos internos de vídeo, Internet, etc.) voltadas estritamente à promoção da educação, cultura e cidadania” (MAGALHÃES, 2008, p.1-2). Por ser uma emissora mantida pela própria IES, o canal deve observar, em última análise, que se trata de uma extensão do ensino superior, ao possibilitar o acesso democrático à informação do que se produz na instituição.

Para Priolli (2008) a maioria das pessoas, tanto do meio universitário quanto da mídia brasileira, tem uma visão equivocada sobre o papel das TVs Universitárias. A primeira é a de que o canal universitário é um espaço laboratorial, produzido por estudantes sob a orientação de professores. Para o autor, a concepção levanta a idéia de que esta seria uma “televisão necessariamente imatura, tecnicamente limitada, cuja ambição não poderia transcender as fronteiras do processo formativo de estudantes de comunicação”. De acordo com Priolli (2008) os canais universitários são “uma televisão para estudantes, [...] com a programação voltada ao seu deleite e informação, sendo indiferente, ou irrelevante, se tal programação é produzida diretamente pelo alunado de comunicação, ou se é feita por profissionais já tarimbados”.

Outra visão errada quanto ao papel das TVs Universitárias defende que sua programação deve ser de natureza estritamente educativa excluindo todo conteúdo de natureza recreativa. Assim, as emissoras universitárias teriam apenas a missão educativa deixando fora qualquer tipo de entretenimento. As TVs Universitárias teriam, segundo essa visão, “uma missão estritamente educativa, devendo se ater aos conteúdos formadores e informativos, sem desperdiçar tempo e recursos com o entretenimento” (PRIOLLI, 2008). Essas concepções reduzem e empobrecem o significado da Televisão Universitária. Os canais podem atingir outros públicos além do que é formado pelo universo estudantil. Quanto ao entretenimento, a categoria não

deve ser excluída da programação, porque faz parte da natureza da Televisão e também do meio acadêmico quando se expressa através do teatro, música e do esporte universitário. Dessa forma a Televisão Universitária é:

[...] aquela produzida no âmbito das IES ou por sua orientação, em qualquer sistema técnico ou em qualquer canal de difusão, independente da natureza de sua propriedade. Uma televisão feita com a participação de estudantes, professores e funcionários; com programação eclética e diversificada, sem restrições ao entretenimento, salvo aquelas impostas pela qualidade estética e a boa ética. Uma televisão voltada para todo o público interessado em cultura, informação e vida universitária, no qual prioritariamente se inclui, é certo, o próprio público acadêmico e aquele que gravita no seu entorno: familiares, fornecedores, vestibulandos, gestores públicos da educação etc. (PRIOLLI, 2008).

Priolli (2008) identifica a Universidade como uma instituição formada por, pelo menos, três segmentos distintos: estudantes, professores e funcionários. Assim, esta Televisão não pode perder de vista que a sua unidade provém exatamente dessa trindade. No entanto os canais podem atingir outros públicos além do que é formado pelo universo estudantil.

Magalhães (2002) destaca que, independentemente da linha que a emissora irá adotar, é fundamental que o conteúdo produzido pela comunidade acadêmica saia do ambiente restrito da sala de aula e dos laboratórios. A difusão é tão importante quanto a produção, pois é esse o caráter da Televisão. No entanto, é preciso tomar cuidado com um equívoco que ainda é freqüente nos canais: a produção de programas e notícias que abordem somente aspectos ligados à administração, eventos e cursos da própria instituição. Levar cultura, educação e cidadania para o maior número de pessoas, não somente para a comunidade acadêmica, deveria ser um dos objetivos principais dos canais universitários. Então, “produzir e transmitir para uma cidade de 1 milhão de pessoas ou levar um programa de prevenção aos postos de saúde do município, se está fazendo TV Universitária” (MAGALHÃES, 2002).

De acordo com Andrade (2008) uma TV Universitária deveria ter como fim, os fins da instituição a que pertence: ensino, pesquisa e extensão. Assim como tudo que funciona dentro de uma Universidade, deveria ser economicamente posto a serviço das atividades dessa instituição. Uma TV Universitária deveria estar voltada para a produção de conhecimento. Deveria estar atenta às políticas públicas de

desenvolvimento social e cultural do país, do estado e da cidade e se inserir nessas políticas ou desenvolver, junto com os departamentos pertinentes, projetos destinados a oferecer voz à sociedade organizada.

Estudo Sobre a Televisão

De acordo com Rincón (2002) hoje os estudos sobre a Televisão se dirigem à relação entre os textos televisivos e os contextos culturais onde são realizados; a TV se torna o eixo da reflexão social e o meio de maior incidência sobre as agendas públicas, sobre as formas da política, sobre os estilos de produzir saber e sobre as maneiras de compreender o mundo (Bourdieu, 1997; Sartori, 2001). A Televisão tornou-se o centro cultural de nossas sociedades - culturas populares de massa, nas quais as razões se diluem em emoções e a vida é um entretenimento.

Para Martín-Barbero (2001, p. 41) a Televisão se constituiu em ator decisivo das mudanças políticas, “em protagonista das novas maneiras de fazer política, ao mesmo tempo em que é nela que o permanente simulacro das sondagens suplanta a participação cidadã e onde o espetáculo trapaceia até dissolver o debate político”.

Conforme Rincón (2002, p. 22) alguns estudiosos como Bourdie (1997) e Sartori (2001) analisam a Televisão dentro de uma hipótese negativa onde ela é vista como o pior mal da civilidade, onde é impossível pensar; é o cenário do espetáculo incessante, onde a comunicação morre em prol do contato, e onde o real se esvai na auto preferência do meio.

A televisão afeta as formas de pensar, tanto assim que a “televisão acaba não sendo muito propícia para a expressão do pensamento (porque é preciso pensar com urgência) (...), a toda velocidade, (então) como é que se consegue pensar numas condições onde ninguém é capaz de fazê-lo. A resposta é - pensa-se mediante idéias preconcebidas, ou seja, mediante tópicos (...); a comunicação é instantânea porque não existe (...); a televisão privilegia os *fast thinkers*, que propõem um *fast food* cultural (BOURDIE, 1997, p. 38-41).

Ainda dentro da hipótese negativa, o italiano Sartori (2001, p.12), afirma que, por culpa da Televisão, chegamos a uma vida inútil,

ao *homo videns*... À preponderância do visível sobre o ininteligível, o que nos leva a ver sem entender (e tudo isso porque) a imagem televisiva é pura e simples representação visual (...) A tevê produz imagens e anula os conceitos, e desse modo atrofia a nossa capacidade de abstração, e com ela, toda a nossa capacidade de compreender.

Teóricos mais tradicionais, como Adorno e Horkheimer (1985), partindo do conceito de indústria cultural, analisam os meios de comunicação e as mercadorias culturais como expressões de certa decadência cultural, reflexo e produto da expansão do Capitalismo Monopolista nos Países Ocidentais. À medida que a fórmula substituía a forma, desaparecia a experiência estética e cultural mais profunda, substituída pelo valor de troca dos produtos culturais. De acordo com a teoria crítica, um programa de Televisão é uma mercadoria simbólica que reafirma o telespectador como parte de uma sociabilidade massificada, tornando-o um consumidor integrado ao sistema capitalista.

Segundo Freitag (2004, p. 20), “a Dialética do Esclarecimento, escrita na Califórnia, reflete a atitude crítica com a qual Adorno e Horkheimer encaram a evolução da cultura nas modernas sociedades de massa, da qual os Estados Unidos seriam a versão capitalista mais avançada”. A indústria cultural, para Adorno e Horkheimer (1985), caracteriza-se por dois fatos: a ação dos veículos de comunicação e o resultado desta sobre o público. A expressão indústria cultural foi criada para diferenciar as manifestações espontâneas da cultura de massa, manifestações intencionalmente criadas, manipuladas e conduzidas pelos detentores da ordem econômica e social. Essa indústria caracteriza-se pela intenção de atingir o gosto médio, a uniformização ou massificação do público, com vistas ao consumo passivo de suas mercadorias.

O fundamento das teorias de McLuhan (1996), segundo o qual o meio é a mensagem, é contrário aqueles que se preocupam com o conteúdo das mensagens produzidas pela chamada indústria cultural, defendida pela tradição sociológica da Escola de Frankfurt, que formulou análises sobre a Televisão ao longo dos anos de 1960. Para McLuhan (1996, p. 21), “os meios são extensões do homem e seus efeitos estão relacionados à maneira como estes atuam sobre a percepção humana a partir de suas especificidades técnicas”. É nesse sentido que o autor divulga o slogan o meio é a mensagem. De acordo com McLuhan (1996), o meio é o elemento constituinte da mensagem, sendo impossível separar os dois. A mensagem seria, portanto, uma

mudança de escala, cadência ou padrão que o meio provoca nos hábitos perceptivos, ampliando e acelerando processos já existentes. Ainda segundo McLuhan (1996, p. 22), “o ‘conteúdo’ de qualquer meio ou veículo é sempre um outro meio ou veículo. O conteúdo da escrita é a fala, assim como a palavra escrita é o conteúdo da imprensa e a palavra impressa é o conteúdo do telégrafo”.

O italiano Umberto Eco (2000) defendeu uma nova orientação nos estudos dos fenômenos da cultura de massa, criticando a postura apocalíptica daqueles que acreditam que a cultura de massa é a ruína dos altos valores artísticos, como também a postura dos integrados, para quem a cultura de massa é resultado da integração democrática das massas na sociedade. Eco (2000) reuniu algumas posições críticas sobre o assunto e propôs alguns limites para analisar o fenômeno da Televisão, fazendo um cruzamento da visão sociológica com a visão semiótica. Para ele, importa analisar o que o público recebe em relação à TV, como fato comunicacional, e destaca três elementos: intenções do remetente (da mensagem); as estruturas comunicacionais (o meio e o código da mensagem); as reações do receptor (a situação histórico-social do público receptor e seus repertórios culturais para a decodificação da mensagem consumida).

Segundo Rincón (2002) pesquisadores como Martín-Barbero (2001; 2003) e Fuenzalida (2002), dentro de uma hipótese positiva, procuram analisar a Televisão como relato, dispositivo cultural e indústria; procurando compreender suas formas, lógicas e conexões, onde se propõe como meio central da comunicação contemporânea, uma vez que a tela televisiva tornou-se o local da visualidade que ritualiza formas de interpretar o mundo, e classifica as maneiras de ver socialmente aceitas.

A televisão é o meio que vai desordenar de maneira mais radical a idéia e os limites do campo da cultura, com as suas separações incisivas entre a alta cultura e a cultura popular, entre realidade e ficção, entre vanguarda e *kitsch*, entre espaço de ócio e trabalho, entre saber especializado e experiência profana, entre razão e imaginação (MARTÍN-BARBERO apud RINCÓN, 2002).

Freire (1996, p. 139), em *Pedagogia da Autonomia*, levanta a questão: “Como enfrentar o extraordinário poder da mídia, da linguagem da televisão, de sua ‘sintaxe’ que reduz a um mesmo plano o passado e o presente e sugere que o que ainda não há

já está feito?” Freire (1996) afirmava não ser contra a Televisão, mas que ela deveria ser pensada sobre o pano de fundo do poder. Para Freire (1996, p. 139): “o ontem vira agora; o amanhã já está feito. Tudo muito rápido. Debater o que se diz e o que se mostra e como se mostra na televisão me parece algo cada vez mais importante”. Segundo ele, como educadores e educadoras progressistas, não podemos desconhecer a Televisão, mas devemos usá-la e, sobretudo, discuti-la. De acordo com Freire (1996), mais importante do que brigar com a Televisão, seria conhecê-la para usá-la de maneira consciente, não deixando que o meio domine, mas conhecer, para dominar, desenvolvendo o pensamento crítico.

Paulo Freire partiu de uma análise ideológica sobre a mídia, perguntando a quem serve determinada mídia e a quem interessa. Essa posição é comprovada em um de seus diálogos com Sérgio Guimarães: “O problema é perguntar a serviço ‘do quê’ e a serviço de ‘quem’ os meios de comunicação se acham. E esta é uma questão que tem a ver com o poder e é política, portanto” (FREIRE; GUIMARÃES, 2003, p. 25). Freire (FREIRE; GUIMARÃES, 2003, p. 120) “costumava criticar muitas vezes a utilização da mídia não como meio de comunicação, mas como meio que se reduzia à transmissão de informações a ‘comunicados’, de maneira unidirecional”. A preocupação deste educador era muito maior com a transferência de dados, do que com a utilização do canal para o contato entre pessoas, esse ir e vir das informações. Para Freire (FREIRE; GUIMARÃES, 2003), as pessoas que manipulam esses meios estão mais preocupadas em enfiar na cabeça do povo determinadas informações.

A crítica de Freire à mídia, apesar de atribuir um papel decisivo e ideológico aos emissores na construção da mensagem, não se fundamenta nas teorias que delegam somente ao emissor a responsabilidade pelo sentido da informação transmitida. Pelo contrário, o educador destaca a importância de o receptor ter uma visão crítica sobre as notícias que recebe.

Considerações Finais

Concordamos com a Associação Brasileira de Televisão Universitária (ABTU) quando afirma ser a Televisão Universitária a representação da Universidade, a expressão audiovisual de sua comunidade, de suas atividades e de seus projetos. Buscam-se fórmulas de integração efetiva de estudantes, professores e

funcionários ao esforço produtivo da Televisão, para obter uma programação que seja atraente, consistente e relevante. Trabalha-se para dar estabilidade e continuidade aos projetos de TV existentes, para que se possa avançar rumo àquilo que se espera da Universidade e que a Televisão Universitária também poderá oferecer, no futuro: a experimentação, a criação de formatos e padrões e a oferta de uma alternativa de produção televisiva voltada para a cidadania e a democratização da informação e do conhecimento, o apoio à educação e o incremento cultural nacional e local.

A TV Universitária é também um espaço de inclusão ao ensino superior que contribui para a democratização de informações para quem está postulando entrar na Universidade e também para aqueles que já fazem parte dessa cultura acadêmica. Ela colabora para a disseminação do conhecimento científico e oferece informações relevantes sobre a academia. Acreditamos que o principal objetivo de um canal universitário é “divulgar a ciência produzida nas instituições por meio de uma linguagem televisiva apropriada, a fim de aproximar Universidade e Sociedade” (PRIOLLI, 2003). Entretanto, conforme Priolli (2009), a Universidade ainda tem dificuldades em compreender a Televisão na exata medida de sua influência sobre a cultura, a política e os costumes. Tende a superdimensioná-la, seja para o mal, seja para o bem. O resultado é o descaso com os canais universitários que estão à sua disposição.

Segundo Calligaro (2007) durante muitos anos criticou-se o veículo Televisão dentro da academia, o dilema, agora, é encontrar o caminho que torne visíveis o ensino, a pesquisa e a extensão produzidos dentro das instituições de ensino superior. O lado positivo é que as emissoras estão “experimentando”, mesmo que, na maioria das vezes, existam poucas condições físicas e operacionais para a execução dos programas. Contudo, sabe-se que a criatividade não depende, somente, de equipamentos modernos e sofisticados. Além disso, “cometer equívocos gera conhecimento”, conforme declarou Antônio Brasil (2006).

REFERÊNCIAS

ABTU - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TELEVISÃO UNIVERSITÁRIA. Disponível em: <<http://www.abtu.org.br>>. Acesso em dez. 2008.



AIRES, L.F.A. **A televisão universitária**: a reinvenção do local na tela. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura). Escola de Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

ANDRADE, Arnon Alberto Mascarenhas de. **Por uma política universitária de comunicação**. In: ANDRADE, Arnon Alberto Mascarenhas de. Disponível em: <<http://www.educ.ufrn.br/arnon>> Acesso em nov. de 2008.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Marx. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Tradução Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BRASIL, Decreto-Lei 8.977, de 06 de janeiro de 1995. Dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8977.htm Acesso em 25 de junho de 2009.

BRASIL, Decreto-Lei 236, de 28 de fevereiro de 1967. Complementa e modifica a lei 4.117, de 27/08/1962 (que institui o código brasileiro de telecomunicações). Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0236.htm> Acesso em 25 junho de 2009.

BRASIL, Decreto-Lei nº. 4.117, de 27 de agosto de 1962. Instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4117.htm> . Acesso em 27 de junho de 2009.

BRASIL, Antônio. **TVs Universitárias no Ar**: Para que servem? Disponível em: <<http://www.observatoriodeimprensa.com.br>>. Acesso em dez. de 2008.

CALLIGARO, Donesca. **TVs universitárias**: um panorama das emissoras no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007, 327 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

CARNEIRO, Vânia Lúcia Quintão. **Castelo Rá-Tim-Bum**: o educativo como entretenimento. São Paulo: Annablume, 1999.

CARVALHO, L.da S. **Os Modos de Endereçamento e Formação do telespectador na Televisão Universitária**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura). Universidade Estácio de Sá.



CHAUI, Marilena de Souza. **A universidade pública sob nova perspectiva.** Revista Brasileira de Educação. Campinas, SP. n° 24, p. 5-15, Set/Out./Nov./Dez.2003.

_____. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo: Editora UNESP, 2001.

COUTINHO, Ricardo Nespoli. **Televisão Universitária como Ambiente de Aprendizagem.** Rio de Janeiro, 2006, 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estácio de Sá.

FRADKIN, Alexandre. Histórico da TV Pública/Educativa no Brasil. In CARMONA, Beth. **O Desafio da TV pública: uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade.** Rio de Janeiro: TVE Rede Brasil, 2003, p. 56-62.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sergio. **Sobre educação: diálogos.** 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003, (v. 2).

FREITAG, Barbara. **A teoria crítica: ontem e hoje.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

FUENZALIDA, Valério. **Televisión abierta y audiencia en América Latina.** Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2002.

MAGALHÃES, Cláudio. **Manual para uma TV universitária.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

_____. **TV universitária: uma televisão diferente.** Disponível em: <<http://www.abtu.org.br>>. Acesso em: dez. 2008.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva.** Tradução Jacob Gorender. São Paulo: Editora Senac, 2001.

_____. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia.** Tradução Ronald Polito e Sérgio Alcides. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

OROZCO-GÓMEZ, Guillermo. **Televisión, audiencias y educación.** Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2001.



_____. **Televisión y audiencias:** un enfoque cualitativo. Madrid: Ediciones De La Torre, 1996.

PORCELLO, Flávio Antônio Camargo. **TV Universitária:** limites e possibilidades. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

PRIOLLI, Gabriel. A Questão de Recursos. In CARMONA, Beth. **O desafio da TV pública:** uma reflexão sobre sustentabilidade e qualidade. Rio de Janeiro: TVE Rede Brasil, 2003, p. 103-109.

_____. **Televisão universitária:** TV educativa em terceiro grau. Disponível em: <<http://www.abtu.org.br>>. Acesso em: dez. 2008.

_____. **TV universitária:** televisão sem complexo. Disponível em: <<http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo>>. Acesso em: março de 2009.

RAMALHO, Alzimar Rodrigues. **A TV universitária como instrumento de difusão da cultura regional.** Disponível em: <<http://www.abtu.org.br>>. Acesso em: dez. 2008.

RINCÓN, Omar. **Televisão pública:** do consumidor ao cidadão. Tradução Dolores Montero e Maria Carbajal. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2002.

ROMANO, Roberto. Reflexões sobre a Universidade. In SILVA, Maria Abadia da; SILVA, Ronalda Barreto (Orgs). **A idéia de Universidade:** rumos e desafios. Brasília: Líber Livro Editora, 2006, p. 17 – 47.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI:** para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Pela Mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SARTORI, Giovanni. **Homo videns:** televisão e pós-pensamento. Tradução Antonio Angonese. Bauru, SP: EDUSC, 2001.